VINTE ANOS DAS DIRETRIZES CURRICULARES DE PEDAGOGIA: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Flavia Glicerio Chaves[1]

INTRODUÇÃO

Em 15 de maio de 2006, o Conselho Nacional de Educação publicou a Resolução CNE/CP nº 1, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura (BRASIL, 2006). Passadas duas décadas, o documento permanece como referência normativa específica para o curso, em um cenário marcado pela edição de novas diretrizes gerais para a formação de professores em 2015, 2019 e 2024. Os vinte anos da publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (2006) constituem um marco temporal relevante para refletir sobre suas contribuições para a formação docente voltada à Educação Infantil e sobre os modos como a literatura da área tem discutido seus alcances, limites e desafios.

A discussão sobre a formação docente para a Educação Infantil insere-se no contexto das transformações históricas e normativas da educação brasileira. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, definiu a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica e estabeleceu como formação mínima para o exercício da docência nessa etapa a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1996).

Desde então, a formação em nível superior passou a ocupar espaço crescente nos debates sobre a preparação de professores, conferindo ao curso de Pedagogia um papel relevante nesse processo. Ainda no final da década de 1990, Kishimoto (1999) e Campos

[1]Mestranda do PPGEDUC, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, fglicerio@gmail.com;

(1999) já examinavam diferentes possibilidades de formação para os profissionais que atuam com crianças pequenas, considerando alternativas como o curso de Pedagogia e o Normal Superior [2].

O curso de Pedagogia abrange diferentes dimensões da formação profissional, incluindo a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a formação para o magistério em nível médio no curso Normal e a atuação na gestão educacional.

No entanto, a formação de professores para a Educação Infantil requer a consideração das particularidades dessa etapa, que envolve o trabalho pedagógico com bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas, conforme a organização apresentada pela Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), além da compreensão da indissociabilidade entre cuidar e educar, conforme estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009).

Diante da amplitude dos campos de atuação contemplados pela Pedagogia e das especificidades que caracterizam a Educação Infantil, torna-se pertinente analisar de que maneira a organização curricular do curso contempla os conhecimentos e as práticas necessários à formação docente para essa etapa da educação básica.

O objetivo geral deste trabalho é refletir sobre os vinte anos das DCN de Pedagogia a partir do lugar que a Educação Infantil ocupa na formação docente. Como objetivos específicos, busca-se analisar como o texto de 2006 trata a etapa, relacionar esse texto às diretrizes que vieram depois e reunir o que a literatura tem discutido sobre a formação para a Educação Infantil no curso de Pedagogia.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e da leitura de documentos normativos. Os resultados sugerem que o texto de 2006 reconhece a Educação Infantil como campo de atuação do pedagogo, embora não estabeleça componentes curriculares ou carga horária específicos para a etapa. Nesse contexto, a ênfase atribuída à Educação Infantil pode variar conforme as decisões curriculares de cada curso.

---

[2] O curso Normal Superior, previsto na LDB de 1996 como uma das alternativas de formação docente em nível superior, perdeu espaço com a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, em 2006. A Resolução CNE/CP nº 1/2006 possibilitou a transformação dos cursos Normal Superior em cursos de Pedagogia, contribuindo para a consolidação deste último como espaço de formação de professores para a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental.

A literatura registra, ainda, debates sobre a docência como base do curso, sobre a fragmentação dos currículos e sobre a necessidade de considerar a especificidade da infância. Em síntese, as DCN de 2006 contribuíram para explicitar a Educação Infantil como campo de atuação na Pedagogia, enquanto a consolidação de uma formação que contemple suas especificidades permanece em debate, agora em um cenário em que a Pedagogia convive com a Resolução CNE/CP nº 4/2024.

O texto está organizado em cinco partes, além desta introdução. Primeiro, apresenta-se o caminho metodológico. Em seguida, o referencial teórico reúne as discussões sobre a história do curso de Pedagogia e sobre a formação para a Educação Infantil. Na sequência, os resultados e a discussão tratam do texto das DCN de 2006, das diretrizes posteriores e do que a literatura aponta sobre a formação para a etapa, e as considerações finais retomam os principais apontamentos e indicam caminhos para novos estudos.

METODOLOGIA

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa. Esse tipo de investigação se ocupa de aspectos que não se reduzem a números, como significados, crenças, valores e atitudes, e trabalha com a interpretação de fenômenos em seu contexto (MINAYO, 2001). Na área da educação, a abordagem qualitativa é reconhecida por tomar os dados descritivos como base, por dar ênfase ao processo e não apenas aos resultados e por se preocupar com os sentidos que as pessoas e as instituições atribuem ao que fazem (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Essas características se mostram adequadas a um estudo que busca compreender como as diretrizes curriculares e a produção acadêmica tratam a formação docente para a Educação Infantil.

O procedimento adotado é a revisão bibliográfica, entendida como a pesquisa desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos, que permite ao pesquisador conhecer uma gama de fenômenos mais ampla do que a que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2002). Como o objeto envolve normas, a revisão foi acompanhada da leitura de documentos oficiais, que funcionam

como fontes primárias para compreender o que se estabeleceu em cada momento (GIL, 2002).

O corpus documental reúne a LDB (BRASIL, 1996), as DCN de Pedagogia (BRASIL, 2006), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) e as resoluções gerais de formação de professores de 2015, 2019 e 2024 (BRASIL, 2015; 2019; 2024). O corpus bibliográfico é formado por estudos sobre a história e a identidade do curso de Pedagogia, sobre a formação de professores no Brasil e sobre a formação para a Educação Infantil, que aparecem no referencial teórico e nas referências ao final.

O trabalho seguiu as etapas de levantamento das obras, leitura dos textos, registro dos pontos relevantes em fichas e organização desses pontos em eixos de análise: o que as DCN de 2006 estabeleceram; a docência como base do curso e seus debates; a sucessão de diretrizes; e o que a literatura diz sobre a formação para a Educação Infantil.

Por se tratar de pesquisa bibliográfica, sem participantes e baseada em material de acesso público, não houve necessidade de avaliação em comitê de ética, nos termos da Resolução CNS nº 510/2016 (BRASIL, 2016). Entre os limites do estudo está o fato de que a revisão não esgota a produção sobre o tema, e as obras foram escolhidas por sua relevância para a discussão proposta.

REFERENCIAL TEÓRICO

A trajetória do curso de Pedagogia é marcada por debates e disputas em torno de sua identidade e de suas finalidades formativas. Criado em 1939, com a separação entre bacharelado e licenciatura, atravessou décadas de reformulações até que as DCN de 2006 definiram a docência como base da formação do pedagogo, entendida de forma ampla, como ação educativa e processo pedagógico intencional (BRZEZINSKI, 1996; SAVIANI, 2009; BRASIL, 2006).

A definição da docência como base da formação não foi consensual entre os estudiosos e os diferentes segmentos envolvidos no debate. Libâneo (2006) apontou imprecisões teóricas no documento e uma concepção estreita da formação de educadores, por considerar que a Pedagogia ficaria reduzida à docência. Por outro lado, o movimento

organizado de educadores, no qual se inserem entidades como a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), defendia a docência como base da identidade profissional (BRZEZINSKI, 1996).

A formação para a Educação Infantil e para os anos iniciais ganhou contornos adicionais na década de 1990. A LDB criou os institutos superiores de educação e abriu a possibilidade de cursos normais superiores, que passaram a coexistir com a Pedagogia como alternativa para formar esses professores (BRASIL, 1996; KISHIMOTO, 1999).

Esse arranjo suscitou discussões sobre o lugar de cada curso e sobre a qualidade da formação oferecida. As DCN de 2006 se inscrevem nesse debate ao tratar a licenciatura em Pedagogia como espaço de formação para a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais (BRASIL, 2006).

No que diz respeito aos currículos, a literatura vem registrando preocupações com sua organização. Estudos sobre as licenciaturas apontam indícios de fragmentação curricular e de espaço limitado para os conteúdos e as metodologias relacionados ao que será ensinado (GATTI; NUNES, 2009; GATTI, 2010). Campos (1999) discute os modelos de formação para crianças de zero a dez anos e os problemas de se pensar a formação de modo uniforme para etapas com características distintas.

Kramer (2006) lembra que as crianças pequenas ocupam uma posição ambígua nas políticas educacionais, entre a especificidade da primeira etapa da educação básica e a aproximação com o ensino fundamental. Essa discussão ajuda a pensar como um curso generalista pode ou não abrir espaço para as demandas de bebês e crianças pequenas.

A discussão sobre a formação docente para a Educação Infantil também passa pelo modo como a infância é compreendida. A infância é uma construção histórica e social, e a ideia de criança como sujeito de direitos, hoje presente nos documentos oficiais, tem uma trajetória própria (ARIÈS, 1981; KRAMER, 2006).

Nesta perspectiva, quando a formação docente privilegia a preparação para as etapas posteriores da escolarização, pode haver o risco de secundarizar a trajetória da infância e as especificidades da criança pequena. Por isso, a pergunta pelo lugar da Educação Infantil no currículo da Pedagogia envolve decisões sobre a concepção de infância que orienta a formação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, de 2009, concebem a criança como sujeito histórico e de direitos e colocam as interações e a brincadeira como eixos do trabalho pedagógico (BRASIL, 2009). Sarmento (2005) contribui com a ideia

de que as crianças são atores sociais e que sua condição geracional produz uma alteridade a ser reconhecida, o que supõe escuta e atenção às culturas da infância.

Para a docência, Freire (1996) oferece uma concepção em que ensinar exige pesquisa, curiosidade e reflexão crítica sobre a própria prática, aspectos que se articulam com a formação de um professor capaz de observar e interpretar o cotidiano com as crianças.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O que as DCN de 2006 estabeleceram

A leitura da Resolução CNE/CP nº 1/2006 mostra que a Educação Infantil aparece em mais de um ponto. O documento a inclui entre as finalidades do curso, ao lado dos anos iniciais do ensino fundamental, do ensino médio na modalidade normal e de outras áreas em que se preveem conhecimentos pedagógicos; estabelece, no perfil do egresso, a compreensão do cuidar e do educar crianças de zero a cinco anos; e prevê que o estágio ocorra prioritariamente na Educação Infantil e nos anos iniciais (BRASIL, 2006). A carga horária mínima do curso é de 3.200 horas, das quais 300 são destinadas ao estágio supervisionado.

A organização curricular proposta se divide em três núcleos: um de estudos básicos, um de aprofundamento e diversificação de estudos e um de estudos integradores (BRASIL, 2006). A Educação Infantil pode ser contemplada nos diferentes núcleos curriculares, uma vez que o documento não orienta em qual deles sua abordagem deve se concentrar.

A resolução também previu a extinção das habilitações que existiam nos cursos, o que reforçou a docência como eixo comum. Esse movimento ampliou o conjunto de atribuições formativas do curso, que passou a contemplar a docência em duas etapas da educação básica, além de outras funções previstas nas diretrizes.

Ao mesmo tempo, o texto não define componentes curriculares nem carga horária específicos para a etapa. A formulação reconhece a Educação Infantil, mas atribui aos projetos pedagógicos dos cursos a definição de sua presença e de sua ênfase na matriz curricular. Esse desenho preserva a autonomia das instituições na organização curricular

e, ao mesmo tempo, pode contribuir para que a forma de contemplar a etapa possa variar conforme as decisões institucionais.

O perfil do egresso estabelecido pelas DCN de Pedagogia de 2006 contempla, entre suas atribuições, a realização de pesquisas sobre os estudantes, seus contextos socioculturais e os processos de ensino e aprendizagem (BRASIL, 2006). Essa previsão ressalta a importância da dimensão investigativa na formação docente, ao reconhecer a prática pedagógica como objeto de análise e reflexão.

No contexto da Educação Infantil, essa perspectiva pode contribuir para a formação de professores capazes de observar as crianças, registrar suas experiências e interpretar as situações cotidianas das instituições, utilizando esses elementos para compreender e qualificar o trabalho pedagógico.

Embora o documento inclua a pesquisa entre as competências esperadas do pedagogo, não explicita como essa dimensão deve ser desenvolvida em articulação com as especificidades das diferentes etapas da educação básica. Nesse sentido, cabe aos cursos de Pedagogia contemplar essa articulação em seus projetos pedagógicos, considerando as particularidades da Educação Infantil e as possibilidades de investigação que emergem das interações, das brincadeiras e das experiências vivenciadas pelas crianças.

A docência como base e seus debates

A definição da docência como base do curso constitui um dos pontos de debate na literatura sobre a identidade da Pedagogia. Para Libâneo (2006), a opção estreita o campo da Pedagogia, que abrangeria mais do que o ensino. Para o movimento de educadores que defendia a docência como base, a opção afirmava a identidade profissional do pedagogo e seu vínculo com a escola (BRZEZINSKI, 1996). Saviani (2009), ao tratar do problema da formação de professores no Brasil, chama a atenção para a tensão histórica entre os conteúdos culturais e cognitivos e o preparo pedagógico e didático, uma discussão que também atravessa os cursos de Pedagogia.

Do ponto de vista da Educação Infantil, esse debate pode apresentar implicações para a organização curricular e para a distribuição dos espaços formativos. Considerando que a docência constitui a base do curso e que a formação contempla duas etapas, a distribuição do tempo e dos espaços formativos entre elas configura uma questão

curricular relevante. A leitura das obras sugere que as discussões sobre identidade do curso e sobre formação para a primeira etapa caminham juntas, pois a definição do que o pedagogo deve saber depende da decisão sobre o que o curso pretende formar.

A sucessão de diretrizes

Depois de 2006, a formação de professores foi regulada por novas resoluções. A Resolução CNE/CP nº 2/2015 estabeleceu diretrizes para a formação inicial e continuada (BRASIL, 2015). Em 2019, a Resolução CNE/CP nº 2 instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) e trouxe a proposta de percursos distintos para a Pedagogia, um voltado à Educação Infantil e outro aos anos iniciais (BRASIL, 2019), o que gerou debate no campo.

Em 2024, a Resolução CNE/CP nº 4 revogou a de 2019 e fixou novas diretrizes para a formação inicial (BRASIL, 2024). Segundo Lopes, Salerno e Santos (2026), os cursos de Pedagogia continuam regidos pela Resolução CNE/CP nº 1/2006, o que faz o curso conviver com dois conjuntos de normas e traz tensões entre elas.

A análise da trajetória normativa compreendida entre 2006 e 2024 permite identificar movimentos de distintas naturezas no campo da formação docente. A BNC-Formação estruturou a proposta em torno de competências e previu percursos distintos para a Pedagogia: um voltado à Educação Infantil e outro aos anos iniciais, configuração que poderia favorecer uma organização da formação por etapa (BRASIL, 2019).

A proposta pode ser interpretada como uma tentativa de conferir maior especificidade à formação para a Educação Infantil. Ao mesmo tempo, suscitou críticas no campo, entre elas a preocupação de que a diferenciação dos percursos pudesse fragmentar a formação em Pedagogia, historicamente organizada em torno da docência como base. A revogação, em 2024, recoloca em debate as possibilidades de articulação da formação para as duas etapas no âmbito de um mesmo curso.

A formação para a Educação Infantil na literatura

A análise da produção científica selecionada permitiu reconhecer três eixos temáticos que se destacam nas discussões sobre a formação de professores para a Educação Infantil.

A primeira é a organização dos currículos. Os estudos de Gatti e Nunes (2009) e de Gatti (2010) apontam aspectos de fragmentação nos currículos das licenciaturas. Essa questão merece atenção particular quando se considera a necessidade de articular conhecimentos sobre desenvolvimento, linguagens, cuidado e brincadeira na formação para a Educação Infantil.

A segunda diz respeito ao risco de a Educação Infantil ser concebida a partir de uma lógica próxima à do ensino fundamental, com possível redução de suas especificidades pedagógicas, ambiguidade apontada por Kramer (2006) nas políticas para crianças pequenas e presente nos debates sobre modelos de formação (CAMPOS, 1999).

A terceira preocupação é a concepção de infância. As DCN para a Educação Infantil afirmam o cuidado e a educação como ações integradas e a criança como sujeito de direitos (BRASIL, 2009), e a literatura sobre a infância reforça a necessidade de reconhecer as crianças como atores sociais, com modos próprios de se relacionar com o mundo (SARMENTO, 2005).

No âmbito da formação docente, essa perspectiva aponta para a relevância de contemplar conteúdos relativos à criança, ao brincar e às relações com as famílias e a comunidade, e que o estágio e a pesquisa sobre a prática, na perspectiva de Freire (1996), são espaços para construir essa compreensão.

O conjunto das leituras permite interpretar as DCN de 2006 como uma referência comum que reconhece a Educação Infantil como campo de formação e atuação, atribuindo aos cursos parte importante da responsabilidade pela organização curricular dessa formação.

A abrangência do curso, voltada à formação para diferentes etapas e funções, coloca em evidência o desafio de contemplar, simultaneamente, as especificidades da Educação Infantil. Essa tensão pode ser identificada tanto nos debates sobre a docência como base da Pedagogia quanto nos estudos que discutem a organização curricular das licenciaturas.

A formação investigativa merece atenção nesse quadro. Na perspectiva de Freire (1996), a pesquisa integra o processo de ensino, e a reflexão crítica sobre a prática constitui uma dimensão relevante para seu aprimoramento. No contexto da Educação Infantil, essa perspectiva permite considerar o estágio e as atividades de pesquisa como espaços potencialmente relevantes para a aproximação com as crianças, a observação de suas formas de comunicação e brincadeira e a articulação entre experiências e conhecimentos teóricos. As obras consultadas não abordam essa questão de maneira homogênea, e as DCN de 2006 oferecem apenas a indicação geral de que a pesquisa faz parte do perfil do egresso, sem estabelecer como ela se articula à etapa.

O tratamento dado às faixas etárias também merece registro. O texto de 2006 se refere às crianças de zero a cinco anos como um conjunto, e as orientações posteriores para a etapa passaram a distinguir bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas, com necessidades e formas de interação diferentes (BRASIL, 2017).

Essa distinção permite problematizar em que medida a formação docente contempla as particularidades das diferentes faixas etárias, conforme as orientações mais recentes para a Educação Infantil. Por seu delineamento bibliográfico, esta pesquisa oferece subsídios para compreender a questão no plano teórico e normativo, abrindo possibilidades para investigações futuras que aprofundem a análise dos projetos pedagógicos dos cursos e das práticas formativas desenvolvidas nas instituições de ensino superior.

Cabe considerar que a relação entre as Resoluções de 2006 e de 2024 suscita questões sobre a adequação dos projetos pedagógicos dos cursos aos diferentes marcos normativos (LOPES; SALERNO; SANTOS, 2026). A maneira como cada instituição conduzirá essa releitura poderá oferecer elementos para compreender o espaço atribuído à Educação Infantil em seus projetos formativos.

A análise realizada, fundamentada na literatura selecionada e nos documentos normativos pertinentes, oferece subsídios para a compreensão do tema e abre possibilidades para estudos futuros que ampliem o mapeamento da produção científica e investiguem como as diretrizes se traduzem nos projetos pedagógicos e nas práticas formativas dos cursos de Pedagogia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos vinte anos das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (DCN, 2006) permite identificar, entre seus principais resultados, o reconhecimento da Educação Infantil como campo de atuação do pedagogo, contemplado no perfil do egresso e nas orientações relativas ao estágio curricular.

Esse reconhecimento constitui um aspecto relevante para a compreensão da formação docente destinada à primeira etapa da educação básica, uma vez que situa a Educação Infantil no conjunto de atribuições profissionais previstas para o pedagogo. Ao mesmo tempo, a análise do documento evidencia que a definição desse campo de atuação não foi acompanhada de um detalhamento integral do espaço curricular a ser destinado à preparação dos futuros professores para essa etapa.

Desse modo, aspectos importantes da organização da formação permaneceram sob a responsabilidade das instituições de ensino superior, especialmente no que se refere à distribuição dos componentes curriculares, à articulação entre teoria e prática e à organização das experiências de estágio.

Essa configuração permite refletir sobre a relação entre as orientações nacionais e as decisões pedagógicas tomadas no âmbito de cada curso. Embora as diretrizes estabeleçam referências comuns para a formação do pedagogo, a maneira como essas orientações são incorporadas aos currículos depende também das escolhas institucionais e da organização dos percursos formativos.

Nesse sentido, a presença da Educação Infantil no perfil profissional previsto pelas DCN constitui uma referência importante, mas não permite, isoladamente, concluir em que medida as especificidades dessa etapa são contempladas ao longo da formação. Para compreender essa questão, torna-se necessário considerar não apenas o que os documentos normativos estabelecem, mas também como os cursos organizam seus currículos e articulam os conhecimentos teóricos, as experiências práticas e os estágios voltados à atuação com bebês e crianças pequenas.

A revisão da literatura realizada nesta pesquisa contribui para ampliar essa reflexão ao evidenciar debates recorrentes sobre a docência como base da formação do pedagogo, a possível fragmentação dos currículos e a necessidade de considerar as particularidades da Educação Infantil.

Esses eixos de discussão indicam que a formação para essa etapa não se limita à inclusão de conteúdos específicos na matriz curricular, pois envolve também a compreensão das concepções de criança, infância, educação e docência que orientam as propostas formativas.

A preparação para o trabalho pedagógico com bebês e crianças pequenas demanda conhecimentos que permitam compreender as múltiplas dimensões do desenvolvimento infantil, as interações, as brincadeiras e a indissociabilidade entre cuidar e educar. Assim, a análise da formação docente requer atenção tanto à organização dos conhecimentos previstos no currículo quanto às perspectivas pedagógicas que fundamentam as experiências propostas aos estudantes.

Nesse contexto, os vinte anos das DCN de Pedagogia constituem um marco temporal oportuno para retomar as discussões sobre a formação docente para a Educação Infantil e examinar as relações entre as orientações normativas e os debates desenvolvidos pela produção acadêmica.

Essa perspectiva não pressupõe que as diretrizes tenham produzido efeitos homogêneos nos diferentes cursos, tampouco permite atribuir a elas, isoladamente, os desafios identificados na literatura. Antes, favorece uma leitura articulada dos documentos e dos estudos da área, contribuindo para compreender as possibilidades e as tensões envolvidas na organização da formação inicial.

A trajetória normativa posterior a 2006 também reforça a pertinência dessa discussão, na medida em que as alterações nas orientações para a formação de professores suscitam a necessidade de analisar continuidades, mudanças e desafios relacionados à preparação dos pedagogos para atuar na primeira etapa da educação básica.

Para a comunidade científica, os resultados desta pesquisa apontam para a relevância de investigações que aproximem a análise das normas nacionais dos estudos sobre os currículos e as experiências de formação docente. A leitura conjunta dessas dimensões pode contribuir para uma compreensão mais abrangente das formas pelas quais a Educação Infantil é incorporada às propostas formativas, evitando que a análise se restrinja à presença formal dessa etapa nos documentos.

Além disso, a articulação entre as diretrizes e a produção acadêmica pode favorecer o aprofundamento de questões relacionadas à identidade profissional do pedagogo, à relação entre os diferentes campos de atuação contemplados pelo curso e à

construção de conhecimentos específicos para o trabalho pedagógico com crianças de zero a cinco anos.

No âmbito das instituições de ensino superior, o cenário normativo oferece uma oportunidade para examinar a organização dos cursos de Pedagogia e refletir sobre a coerência entre o perfil do egresso, os objetivos formativos, as matrizes curriculares, as ementas dos componentes e as experiências de estágio.

Essa análise pode contribuir para identificar como os conhecimentos relativos à Educação Infantil são distribuídos ao longo do percurso acadêmico e de que maneira se articulam às discussões mais amplas sobre a formação do pedagogo. Também pode favorecer a reflexão sobre a presença de experiências formativas que aproximem os estudantes das instituições de Educação Infantil e das especificidades do trabalho docente nessa etapa.

Trata-se, portanto, de considerar o currículo não apenas como uma estrutura de componentes e cargas horárias, mas como uma proposta de formação que expressa concepções de docência e escolhas acerca dos conhecimentos considerados relevantes para o exercício profissional.

As mudanças nas orientações nacionais para a formação de professores, incluindo a Resolução CNE/CP nº 4/2024, ampliam a pertinência de acompanhar os processos de revisão dos projetos pedagógicos dos cursos. Nesse movimento, torna-se relevante investigar como as instituições interpretam as novas disposições normativas, quais aspectos são priorizados em suas reformulações e de que modo a formação para a Educação Infantil é contemplada nas propostas atualizadas. O acompanhamento desses processos poderá contribuir para compreender as relações entre as determinações nacionais e as decisões institucionais, sem pressupor que a publicação de novas diretrizes resulte, necessariamente, em mudanças imediatas ou uniformes nas práticas formativas.

Como desdobramento, pesquisas futuras poderão analisar projetos pedagógicos de cursos de Pedagogia de diferentes regiões do país, considerando suas matrizes curriculares, ementas, cargas horárias e propostas de estágio. Estudos comparativos poderão identificar aproximações e diferenças entre as organizações curriculares, contribuindo para uma compreensão mais ampla das alternativas adotadas pelas instituições na formação para a Educação Infantil.

Também se mostram pertinentes investigações que acompanhem os processos de reformulação curricular relacionados à Resolução CNE/CP nº 4/2024, examinando as

justificativas apresentadas pelas instituições e as mudanças efetivamente incorporadas às propostas formativas. A inclusão das perspectivas de estudantes, egressos e professores formadores poderá acrescentar elementos importantes a essa análise, ao permitir compreender como os sujeitos envolvidos avaliam os conhecimentos construídos ao longo do curso e as experiências que consideram significativas para o exercício da docência com crianças pequenas.

Por seu caráter bibliográfico e documental, esta pesquisa oferece subsídios para a compreensão das orientações normativas e dos debates acadêmicos relacionados à formação docente para a Educação Infantil, ao mesmo tempo que abre possibilidades para o aprofundamento do tema por meio de outras abordagens metodológicas.

As questões aqui discutidas podem orientar investigações empíricas capazes de confrontar as indicações identificadas na literatura com evidências provenientes dos projetos pedagógicos, das práticas formativas e das experiências dos sujeitos envolvidos.

Desse modo, o estudo dos vinte anos das DCN de Pedagogia contribui para manter em pauta a reflexão sobre a formação inicial dos professores da Educação Infantil, destacando a importância de examinar continuamente as relações entre as políticas de formação, a organização curricular e as especificidades pedagógicas dessa etapa da educação básica. Essa reflexão pode favorecer o desenvolvimento de propostas formativas mais coerentes com as demandas da Educação Infantil e com os conhecimentos necessários ao trabalho educativo com bebês e crianças pequenas.

Palavras-chave: Diretrizes Curriculares Nacionais; Pedagogia; Educação Infantil; Formação inicial de professores; Docência.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação infantil e ensino fundamental. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 dez. 2009. Seção 1, p. 18.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Diário Oficial da União, Brasília, 16 maio 2006. Seção 1, p. 11.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Diário Oficial da União, Brasília, 2 jul. 2015. Seção 1, p. 8-12.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Diário Oficial da União, Brasília, 15 abr. 2020. Seção 1, p. 46-49.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica. Brasília: CNE, 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União, Brasília, 24 maio 2016. Seção 1, p. 44-46.

BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**: busca e movimento. Campinas: Papirus, 1996.

CAMPOS, M. M. A formação de professores para crianças de 0 a 10 anos: modelos em debate. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 68, p. 126-142, dez. 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./dez. 2010.

GATTI, B. A.; NUNES, M. M. R. (org.). **Formação de professores para o ensino fundamental**: estudo de currículos das licenciaturas em Pedagogia, Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Biológicas. São Paulo: FCC/DPE, 2009. (Textos FCC, v. 29).

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KISHIMOTO, T. M. Política de formação profissional para a educação infantil: Pedagogia e Normal Superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 68, p. 61-79, dez. 1999.

KRAMER, S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 797-818, out. 2006.

LIBÂNEO, J. C. Diretrizes curriculares da Pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 843-876, out. 2006.

LOPES, R. S. P.; SALERNO, S. K.; SANTOS, A. R. J. Desafios contemporâneos para a Pedagogia: convergências e tensões entre as Resoluções CNE/CP nº 1/2006 e CNE/CP nº 4/2024. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, 2026. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/100840. Acesso em: 28 out. 2026.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago. 2005.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009.